

| | |
|------------------------|----------------------------------|
| Jornal Negócios | Periodicidade: Diário |
| 23-06-2021 | Classe: Economia/Negócios |
| | Âmbito: Nacional |
| | Página(s): 1,9 |



CÓDIGO DO TRABALHO

Governo promete ser “consequente” sem dizer quando

Uma vez concluída a discussão pública do Livro Verde, o Governo promete avançar na regulação das plataformas digitais, ou no combate à precariedade, mas não se compromete com datas.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

Começou a ser preparado há cerca de um ano e terminou o período de consulta esta terça-feira. No encerramento de mais uma conferência acerca do Livro Verde sobre o Futuro de Trabalho, documento preparado para servir de base a alterações à lei laboral, o Governo anunciou que vai passar à fase de “debate consequente” sobre regulação das plataformas digitais ou do trabalho temporário, sem no entanto esclarecer quando é que esta nova fase começa ou acaba.

Apesar da oposição das plataformas digitais, representadas pela Uber num debate organizado pelo Ministério do Trabalho (MTSS), o secretário Adjunto e do Trabalho, Miguel Cabrita, afirmou que mantém a intenção de regular o reconhecimento de um contrato de trabalho. “A proposta que surge no Livro Verde é esta ideia de uma presunção de laboralidade” que, na prática, facilite o reconhecimento da existência de um contrato de trabalho. “Se não podemos assumir que estamos sempre perante um contrato de trabalho, não podemos excluir essa possibilidade à partida, nem externalizá-la para outras empresas”. A proposta, que o Plano de Recuperação e Resiliência atrai

para 2022, poderá ser afastada “quando se demonstrar que as condições em que o trabalho é prestado não correspondem a trabalho subordinado”.

As questões do teletrabalho – que terão o acordo como princípio fundamental, exceto porventura no caso dos trabalhadores com filhos pequenos – tem estado a ser tratada no Parlamento. A regulação dos algoritmos, da inteligência artificial ou das questões da privacidade foram outras das intenções citadas.

A estes temas, que concentraram as atenções na primeira versão do Livro Verde, a que foi apresentada a 31 de março em concertação social, o Governo somou na versão que colocou em consulta pública, já em junho, orientações mais precisas sobre combate à precariedade ou de redução da segmentação. Depois de o primeiro-ministro ter sublinhado, numa conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que “a regulação do trabalho temporário é absolutamente central”, a ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, insistiu no tema. “É inaceitável termos situações de trabalho temporário que duram décadas”, disse, defendendo “o reforço das competências da ACT” ou “o aumento das exigências de licenciamento e operação”.

Esta renovada insistência nas questões da precariedade surge na contagem decrescente para as negociações do próximo Orçamento do Estado e para as eleições autárquicas, com o PCP e o Bloco de

Esquerda a desafiar o PS para uma área onde, apesar de alguns acordos pontuais (em matérias como a transmissão de estabelecimento ou o assédio moral), sempre houve divergências de fundo: a última revisão do Código do Trabalho, em 2019, foi aprovada graças à abstenção do PSD, e quase sem alterações às mudanças do programa da troika.

Agora, segundo o secretário de Estado Adjunto e do Trabalho, é tempo de partir “para uma reflexão que pretende ter consequências”. “Um debate consequente é o debate que se segue”, disse Miguel Cabrita, sem apontar datas.

“Está por saber qual a disponibilidade do PS e do Governo para corresponderem às soluções do PCP”, disse esta terça-feira João Oliveira, à Rádio Renascença. O líder parlamentar do PCP, que foi decisivo na viabilização do último orçamento, fez questão de acrescentar, no entanto, que “não é a aprovação, pelo PS, dos projetos do PCP que determinará o quer que seja em relação ao posicionamento do PCP sobre o orçamento”.

Também esta terça-feira, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto sobre um dos temas que têm sido identificados como prioritários pelo Governo, o da regulação das plataformas digitais. A proposta vai no sentido de facilitar o reconhecimento de contrato de trabalho, explicando, por exemplo, que o não exercício de deveres de assiduidade ou pontualidade não deve afastar a presunção de contrato com a plataforma,



Terminou a fase de consulta ao Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho.



Se não podemos assumir que estamos sempre perante um contrato de trabalho, não podemos excluir essa possibilidade.

MIGUEL CABRITA
Secretário de Estado do Trabalho.

Há várias escolas de pensamento. Há quem defenda que este trabalho deve ser ilegalizado. É claramente nessa direção que a presunção de laboralidade vai.

TOMÁS BELCHIOR
Uber



e de eliminar ainda a figura do “operador de TVDE”, o intermediário, da legislação portuguesa.

Uber contra alterações

Em representação da Uber, Tomás Belchior manifestou-se na conferência contra a intenção do Governo, que considerou “perigosa”. “Há várias escolas de pensamento. Há quem defenda que este trabalho deva ser ilegalizado. É claramente nessa direção que a presunção de laboralidade vai”, considerando que esse caminho pode ser “perigoso”. O responsável admite, porém, que possa ser desejável alguma “clarificação” que proteja as plataformas de decisões judiciais como as que têm surgido noutros países.

Fernando Fidalgo, do Sindicato dos Trabalhadores e Urbanos de Portugal (STRUP), sustentou, por exemplo, que o limite de dez horas de trabalho legalmente previsto é em muito ultrapassado. “Estes trabalhadores estão hoje a fazer 16, 18 [horas por dia], estão a fazer numa semana duas e mais de trabalho”, disse. ■